



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ALFREDINHO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/05/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho – PT) – Declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2015, que tem por objetivo colocar em debate o PL 157/2015, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o atendimento das exigências de destinação de área construída em ZEIS, nos termos do Artigo 55 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São paulo no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditorios On-Line.

Foram convidadas as Secretarias de Licenciamento e de Habitação, mas como não vieram nenhum de seus representantes, ainda assim faremos a audiência para que todos possam falar sobre o projeto, expor suas impressões sobre a propositura. Estaremos encerrando essa reunião às 14h, pois tenho outra reunião, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

O referido projeto está pautado para discussão na comissão e já acertei com o Líder do Governo para que peçamos vistas, pois ele ainda está dentro do prazo para pedido de vistas. Assim, ganhamos tempo para podermos realizar outra audiência e, daí, contar com a presença dos representantes das Secretarias que explicarão o projeto a todos e, mais uma vez, todos poderão expor suas dúvidas e perguntas sobre o mesmo.

Mas vamos dar início para que todos se pronunciem, às 14h encerramos e vou para a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Como não há representantes das Secretarias, podemos ir direto ao público e peço então que façam suas inscrições, com nossa assessoria, cada inscrito terá três minutos. Estão abertas as inscrições. (Pausa)

A primeira inscrita é a Sra. Silvanisa Rodrigues, da União dos Movimentos de Moradias e do Movimento dos Sem Terra Leste 1. Tema a palavra a Sra. Silvanisa.

A SRA. SILVANISA RODRIGUES – Meu nome é Silvanisa Rodrigues, da União dos Movimentos de Moradias e do Movimento dos Sem Terra Leste 1.

Quero lamentar a ausência do Executivo para debater esse projeto, bem como a ausência dos demais Vereadores da Comissão. Pode até ser um assunto de menor importância para eles, mas, para nós, é fundamental.

Somos representantes de várias entidades, presentes, e temos aqui um manifesto e queremos solicitar, Sr. Presidente Vereador Alfredinho, que ele seja incluído nos autos da audiência pública. Nossos companheiros falarão um pouco mais, os que vão nos suceder, vamos dividindo os temas, e a primeira coisa que desejamos colocar é que, no Plano Diretor de São Paulo, os movimentos sociais representavam uma luta permanente, desde a primeira audiência pública até o dia em que aprovou - até de que sancionou - o projeto do Plano Diretor, no sentido de demarcar uma quantidade razoável de ZEIS na Cidade que pudesse começar a enfrentar o déficit habitacional, bem como a exclusão territorial de nossa cidade - a expulsão das pessoas para a periferia.

Então foi um trabalho enorme de muita gente, uma luta enorme, não há lista para dizer quanta gente trabalhou demarcando ZEIS, procurando áreas, identificando terrenos, identificando edifícios e, aí, somos surpreendidos - e a palavra é 'surpreendido' - por esse projeto que vem, na prática, demarcar as ZEIS boas.

Então, seguinte, na prática é: ZEIS ruim pode ficar, mas onde tiver interesse do mercado imobiliário, aí desmarcamos, aceitamos dinheiro, e aceita uma doação de um outro terreno no local. Isso é vender o Plano Diretor para o mercado imobiliário. Isso é desrespeitar toda a trajetória de luta dos movimentos sociais na cidade de São Paulo. Isso é desrespeitar o Plano Diretor em vigor da Cidade. A gente está aqui para dizer que rejeitamos integralmente o PL 157. Primeiro é preciso fazer um decreto de regulamentação para aprovação de empreendimentos de HIS, não é necessário nenhum tipo de nova lei que altere a qualificação das ZEIS, muito menos trocar as ZEIS boas, bem localizadas, por ZEIS mal localizadas.

Por último, nossas entidades são membros do Conselho de Habitação da Cidade, membros do Conselho de Política Urbana, esse assunto não foi discutido lá. Em nenhum

momento a sociedade foi informada sequer, muito menos consultada sobre isso.

Por isso, também, nós pensamos que é ilegal tramitar uma matéria que mexe no Plano Diretor sem os devidos procedimentos do Executivo quanto à participação popular. A nossa proposta é que a Câmara devolva esse projeto para o Executivo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Próximo orador, Edilson Mineiro, do Instituto Casa da Cidade.

O SR. EDILSON MINEIRO – Boa tarde, Vereador Alfredinho, boa tarde a todos, sou Edilson Mineiro, Presidente do Instituto Casa da Cidade, em primeiro lugar quero cumprimentar o Vereador Alfredinho pela conduta que favorece o diálogo. Esse projeto, pela primeira vez é associado à expressão diálogo. Até agora, ele foi produzido em algum gabinete, sem qualquer debate público, contrariando o espírito do Plano Diretor e a tradição da política urbana na Cidade, até nos momentos mais difíceis pelos quais nós passamos.

A forma como esse projeto foi construído, lembra processos como, por exemplo, a tentativa frustrada de revisão do Plano Diretor em 2007, quando a Prefeitura tentou impor mudança de zoneamento sem diálogo, que gerou um impasse político tal que foi resolvido pelo Judiciário, anulando aquela tentativa de revisão de Plano Diretor.

Ela repete o mesmo esforço da Nova Luz de tentar impor uma reforma urbanística antidemocrática, que também foi derrotada pelo Judiciário, portanto, é politicamente inconveniente. Do ponto de vista de um governo progressista, como é que ele se coloca numa condição de enfrentar as conquistas populares mais fundamentais que aconteceram durante o processo do Plano Diretor. É um erro político que precisa ser revisto.

Do ponto de vista técnico, do artigo 1º até o 4º, essa lei é absolutamente inócua. Ali o que está escrito poderia ser veiculado num decreto. Do artigo 5º ao 8º, há uma série de favores para o mercado imobiliário que são absolutamente desnecessários. É um retrocesso importante na política de como fazer a gestão das ZEIS.

As ZEIS são um símbolo de gestão; podem ser um símbolo de política habitacional avançada, se houver esforço nesse sentido; podem ser um símbolo de gestão democrática da terra; podem ser um símbolo de resistência à ação predatória do mercado imobiliário, ou seja, é um dos eixos fundamentais num Plano Diretor que se pretende redistributivo, que se pretende para construir uma cidade melhor. Esse ataque às ZEIS é absolutamente injustificado, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista jurídico.

A posição de uma série de entidades que estão aqui discutindo hoje esse projeto de lei é no sentido de que não seja aprovado na Câmara, que seja devolvido ao Executivo para que o refaça a partir da participação popular, que deve nortear toda ação da Administração Pública. Se ele não for devolvido, vamos pedir que não seja aprovado; se for aprovado, vamos pedir que seja vetado; se não for vetado, vamos para a Justiça pedir que essa lei seja anulada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Próximo orador Benedito Barbosa, da Central de Movimentos Populares.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Queria agradecer ao Vereador Alfredinho pela compreensão, mesmo com a ausência dos demais Parlamentares, Vereadores desta Casa, de proceder a esta audiência pública para que o movimento social pudesse expressar a sua opinião com relação a esse PL 157. Aliás, 157 é um nome bem interessante para esse projeto, porque, pelo Código Penal, o artigo 157 é roubo. Na nossa proposta, o que está acontecendo é o roubo da terra, o roubo do nosso direito de fazer moradia popular no Centro e um roubo que trai o movimento popular, que fez uma luta intensa. O Vereador Alfredinho foi uma das pessoas que interagiram conosco nesta Casa para que pudéssemos aprovar o Plano Diretor na Cidade e garantir a aprovação das ZEIS, com a quantidade de ZEIS aprovadas. Acho que houve quase 16 milhões de metros quadrados de ZEIS aprovadas na Cidade, áreas em regiões bem localizadas.

No Executivo, houve um debate intenso. O Governo queria fatiar as ZEIS,

apresentando primeiro o Plano Diretor e depois trazer as ZEIS para a discussão na Lei de Zoneamento. Dissemos “não”, fomos à luta, pressionamos, e o Executivo encaminhou as ZEIS com o conjunto do Plano Diretor para ser votado. Fizemos uma intensa luta, dormimos na porta da Câmara Municipal, levamos bala de borracha, bombas, gás de pimenta. Nós nos articulamos para aprovar as ZEIS no Plano Diretor da cidade de São Paulo. Saímos daqui vitoriosos, num dia, inclusive, em que celebramos com os parlamentares uma conquista do movimento social. De repente, não consigo entender o que aconteceu. Está ali a Márcia concordando comigo. Ela, que trabalha na Secretaria de Habitação, parece também não entender. Na calada da noite, de forma obscura, sem dialogar com o CMH. Sou membro do Conselho Municipal de Habitação, temos outros representantes do Conselho aqui. Há aqui o representante do Conselho Municipal de Política Urbana. Esse projeto de lei, essa proposta sequer passou por lá. Temos participado intensamente dos debates no Conselho Municipal de Habitação, inclusive contestando posições da Secretaria de Habitação no conselho. De repente, chega uma proposta dessa, e nós, no 1º de maio, ficamos sabendo disso. A Ivaniza e o Edilson falaram para nós sobre isso, e ficamos estarecidos, perplexo, e creio que também outros companheiros ficaram.

Nesse sentido, pedimos a esta Casa a compreensão para que se abram outros debates sobre o projeto. Mais do que isso: devolver esse PL para o Executivo para que ele obedeça ao correto processo de participação popular, como foi feito com o projeto de lei do Plano Diretor, como foi feito com a Lei de Zoneamento, que ainda está em discussão no Executivo para vir à Câmara Municipal.

Essa proposta visa a favorecer o mercado imobiliário, visa a enfraquecer as ZEIS em áreas bem localizadas na cidade de São Paulo e visa a tirar a moradia popular das áreas mais centralizadas e bem localizadas da Cidade. Por isso, nós dissemos aqui um “não” a esse PL e queremos a devolução imediata do projeto.

Viva a participação popular e fora o PL feito na calada da noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo orador, Sr. Laerte Brasil, da União Global de Habitação, além de outras entidades que ele representa no mundo todo.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente, quero parabenizar o Vereador Alfredinho, que preside esta audiência pública. Vimos também repudiar aqui a ausência do Poder Executivo, que mandou o PL 157 para esta Casa na calada da noite. Tivemos uma participação marcante nas audiências públicas. Foram 85 audiências públicas, de que participei, do Plano Diretor, e uma de nossas teses, aprovado no Plano, foi a das cotas de solidariedade. Defendemos as ZEIS.

Ao longo desses 20 anos, as administrações anteriores ao governo Haddad transformaram a cidade de São Paulo em uma verdadeira bolha de concreto, expulsando as indústrias e dando lugar à construção de torres. Isso poderá, futuramente, transformar a cidade de São Paulo numa verdadeira cidade-dormitório e a promoção da violência urbana, que já está acontecendo aqui na cidade de São Paulo. Esse é um verdadeiro ataque às conquistas das entidades em relação às ZEIS no Plano Diretor, um verdadeiro ataque institucional. Mas eu sei que eu isso não está na plenitude que norteia o comportamento democrático do Prefeito Haddad, que vai retirar esse PL e, assim, convocar um debate com as entidades do movimento habitacional para construir uma política habitacional voltada à realidade da população paulistana.

É o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – O próximo orador é o Gegê, da Central de Movimentos Populares.

O SR. GEGÊ – Boa tarde, Alfredo e Plenário. Companheiros e companheiras, como militante de moradia da cidade de São Paulo e da Central de Movimentos Populares no Brasil, eu quero dizer que não é a primeira vez que esta cidade se põe de quatro diante das empreiteiras, das construtoras deste país. Não é a primeira vez e nós temos que ter clareza dessas coisas. No Governo Marta, a gente passou por isso; no Governo Luiza, a gente passou

por isso. Estou falando dos governos democráticos e populares. E no Governo Haddad, nós estamos passando por isso. E nós estamos passando por isso exatamente por que nos falta participação popular de fato nesta cidade.

Nós temos que atuar mais efetivamente como cidadãos e cidadãs, mas também quero dizer que não será a última vez que nós, lutadores e lutadoras do povo, vamos vir aqui para dizer não a uma postura antidemocrática.

Quero dizer que o Haddad, mais uma vez erra, e erra muito feito, porque quando ele precisou dos movimentos sociais e populares para se eleger prefeito desta cidade, ele foi nos procurar. E agora, sem nos procurar, na calada da noite, ele traz um projeto de lei que inclusive dá longa abertura para o mercado imobiliário nadar de braçadas sobre as conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Porém, Alfredo, é necessário que nós, lutadores e lutadoras do povo, venhamos aqui para dentro com muita garra, com muita força, com muita vontade para evitar que isso aqui seja aprovado, porque, se for aprovado, a cidade de São Paulo vai à bancarrota. Isso aqui pegar as conquistas já garantidas e entregar de mãos beijadas ao mercado imobiliário.

Agora, em troca de quê? De sustentabilidade desta Casa? Porque sustentabilidade quem dá a qualquer Executivo é o povo na rua. E aqui eu sei que tem vários vereadores aqui que, na hora que precisar, vai largar ele sozinho, e ele vai ter que pedir, mais uma vez, a nós para que a gente possa apoiá-lo, e aí talvez seja tarde. Talvez seja tarde, porque nós não somos vaquinha de presépio para um prefeito que foi eleito democraticamente, com o voto do povo, nessas horas, abandonar, virar as costas para o povo.

Não estou dizendo que você tem que dar esse recado para ele. Eu estou dizendo que ele tem que saber que o povo não vai admitir isso aqui. Porque, como o Edilson disse, se ele não vetar, nós vamos vetar no pau, véio! Nós vamos vetar no pau, nós vamos acampar nesta Casa. (Palmas)

Aí, depois de acampados aqui dentro, podem chamar a Polícia, podem chamar o

raio que o parta, porque aí, já era. Se ele quer isso, nós vamos fazer isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próxima e última oradora é a Marisa.

A SRA. MARISA – Boa tarde a todas as companheiras e companheiros. Boa tarde, Vereador. Chamo-me Marisa e faço parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste Um e também faço parte da União dos Movimentos de Moradia e também do Conselho Municipal de Política Urbana. Sou uma representante do Conselho e, como representante, estamos com os outros companheiros indignados com a forma de discutir um assunto que não foi discutido no Conselho.

Estamos indignados e sentimo-nos totalmente traídos pelo Sr, Prefeito porque a questão do Plano Diretor, das ZEIS e o que as pessoas falaram antes foi uma luta constante dos movimentos sociais. Nós nos organizamos, acampamos na Câmara Municipal de São Paulo e participamos de várias audiências públicas, trabalhamos nas entidades para apresentar várias áreas. A Leste Um apresentou algumas áreas que estão abandonadas e que defendemos que sejam destinadas para moradia de interesse social. Hoje, a gente vê a questão do PL 157.

Nós não concordamos com esse PL e vamos ao enfrentamento. Esperamos que o Prefeito Fernando Haddad reveja a questão da resolução porque não vamos aceitar.

Está aqui em uma carta aberta e só vou reforçar ao Sr. Prefeito que os movimentos sociais estão aqui pela rejeição integral do PL 157/15 e também quero falar para devolver o Donato e retirar o Haddad. É isso o que os movimentos sociais estão falando.

Vamos continuar defendendo as Zonas Especiais de Interesse Social e as zonas que apresentamos sejam realmente destinadas para o povo, para a moradia de interesse social. A luta continua, companheiros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Vamos ter outra audiência pública com a participação do Governo. O projeto está na Justiça hoje, mas vamos pedir adiamento na Justiça para permitir o debate com todos vocês do movimento.

Tem a palavra o Sr. Nelson.

O SR. NELSON – Boa tarde, companheiros e companheiras. Começo pela falta de respeito dessas pessoas que não estão presentes na mesa. Se não estivessem os companheiros do movimento, eu acredito que ele estaria aqui. Sempre vamos estar de olhos abertos. É triste vivermos em uma Cidade com um prefeito democrático e popular, dizem, e querer que a gente engula isso goela abaixo. Não foi fácil, como foi falado, da resistência que foi para a gente garantir as ZEIS para que o pobre tivesse direito de morar dignamente.

Mas vemos que o Governo vai à contramão querendo jogar o pobre, o trabalhador que paga para esta Cidade ser maravilhosa e bonita, para a periferia. Isso é engraçado.

O movimento não vai aceitar isso. É bom que fique claro para o Sr. Prefeito que estamos de olhos abertos. A Cidade não é do Sr. Prefeito. A Cidade é do povo que mora nesta Cidade. Por que isso vem goela abaixo sem a gente saber? Fomos pegos de surpresa.

Esse PL é ridículo. O PL 157 é roubo, que é isso o que o Sr. Prefeito quer fazer conosco, nos tirar a ZEIS, mas sabemos qual é o destino da ZEIS. Sabemos quem pode erguer prédio dentro de seis meses, dentro de um ano. Quando é para construir para pobre, aí fica colocando regras e sequer um terreno se limpa.

Então, é triste aturarmos isso aqui. É triste. Acho que esta Casa tem de fazer justiça. Esta Casa não foi feita para se cometer injustiça. Esta Casa tem de devolver esse projeto para o Sr. Prefeito e, aí, ele que faça o que quiser com o projeto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Luzia.

A SRA. LUZIA – Boa tarde a todos. Tudo o que queria falar, já foi falado. Só vou complementar dizendo o que o Sr. Haddad deveria ter feito. Quando o Sr. Haddad se candidatou, foi o nosso “Movimento, em peso, que trabalhou para ele se eleger e ele nos prometeu, na hora em que subiu no palanque, o seguinte”: “Vou ajudar vocês. Não precisam mais ocupar prédio, nem terrenos, porque eu vou ajudar as pessoas de classe baixa e de

movimentos organizados”. Ficamos com fé, cuidamos e trabalhamos.

Colocar um Vereador, um Prefeito no trono é muito fácil para quem vai se reeleger, mas para se eleger pela primeira vez é difícil. É difícil divulgar alguém que nunca foi candidato e foi isso o que fizemos pelo Sr. Haddad.

Então, quando ele se elegeu, eu estava de olho na televisão. Quando ele sentou em sua cadeira de Prefeito, ele falou: “Eu vou ajudar o movimento organizado com moradia para as pessoas de classe baixa”.

Mas, agora, essa foi uma decepção tão grande, que não temos nem onde pisar, porque confiarmos para, depois, a pessoa fazer isso? Não temos mais cara para o reeleger.

É somente isso que tenho para dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Antes de encerrar, devo dizer que estou diante de vários lutadores, que conheço há anos. Conheço a maioria e sei que está há anos e anos na luta.

Mas devo dizer que este Governo é diferente porque ele permite o diálogo. Embora o projeto possa estar equivocado, também não dá para achar que o projeto, só porque está aqui, já está resolvido. Não há nada resolvido, por isso é que estamos debatendo aqui. Estamos debatendo a situação do projeto e o Governo deve estar presente na próxima audiência. As pessoas que compõem este Governo, em sua grande maioria, também são nossos companheiros de luta e que também conhecemos há muito tempo.

Portanto, vocês podem sair daqui com a certeza e a tranquilidade de que o projeto não será votado aqui goela abaixo, porque, do contrário, não teria nem pedido para tirá-lo da pauta da Comissão de Constituição e Justiça, permitindo o debate.

Então, só quero que vocês saiam com essa confiança. Acho que vocês sabem disso, porque nos conhecem. E o Governo é diferente. Por mais que vocês achem isso e critiquem, não tem jeito, porque apesar de o Governo ser democrático e ser nosso, nunca vamos concordar com tudo que o Governo faça. É o Governo defendendo algo que ele acha

que está correto e nós defendemos o que achamos que esteja correto.

Então, só para separar: há diferença entre um Governo democrático e um autoritário que, muitas vezes, nem permite a discussão. É através dessa discussão que vocês, com os argumentos que vocês estão colocando aqui, possibilitarão que o Governo mude ou retire o projeto. Só isso tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas)

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a 1ª audiência pública do PL 157.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
